

O Brasil e a guerra na Ucrânia: geopolítica e política externa no terceiro governo Lula

Brazil and the war in Ukraine: geopolitics and foreign policy in the third Lula administration

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.131977>

Gabriel Fernandes Pimenta

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil

pimenta.gabriel@gmail.com  

Rodrigo Corrêa Teixeira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

rteixeira@pucminas.br  

Resumo

O artigo apresenta o posicionamento do terceiro governo Lula em relação à Guerra na Ucrânia, tendo os cem primeiros dias de administração como recorte. Com o objetivo de organizar a abordagem do tema e estabelecer bases para análises de maior escopo, o estudo de caso usa elementos da abordagem geopolítica contemporânea e da análise de política externa para apresentar o conjunto de decisões e declarações brasileiros em relação ao tema. Considera-se como elementos condicionantes da posição brasileira a Política Nacional de Defesa, a tradição diplomática local e a abordagem do conflito pelo governo Bolsonaro. O artigo conclui que, no contexto dos primeiros cem dias do governo Lula, três fatores orientam a posição brasileira em relação ao conflito: as bases estruturais da perspectiva brasileira de segurança que definem a América do Sul como recorte de inserção, a ideia orientadora da prática diplomática brasileira do país como um mediador internacional e a relevância conferida pela administração Lula às relações com o BRICS.

Palavras-chave: Política externa brasileira; Geopolítica; Governo Lula; Ucrânia; Guerra.

Abstract

The paper presents the position adopted by the third Lula administration towards the war in Ukraine, during the first hundred days of the new Brazilian government. It aims to organize the study of the subject, as well as to establish the ground for broader analysis. The case study uses elements of the contemporary geopolitical approach and of foreign policy analysis to study the Brazilian decisions and speeches regarding the subject. The National Defense Policy, the Brazilian diplomatic tradition and the positions regarding the conflict adopted by the Bolsonaro administration are conditioning factors. The paper concludes that, in the context of the first hundred days of the Lula administration, three elements define the Brazilian position towards the conflict: the structural bases of the Brazilian security perspective, which define South America as the country's region, the diplomatic practice's guiding principle of Brazil as an international mediator, and the relevance given to the BRICS by the Lula administration.

Keywords: Brazilian foreign policy; Geopolitics; Lula administration; Ukraine; War.

Recebido: 22 Abril 2023
Aceito: 3 Novembro 2023

Um dos autores é beneficiário de bolsa CAPES/PROEX - nível doutorado.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhamento Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

“O mundo mudou, e o Brasil mudou (...) A geopolítica hoje influi nas decisões nacionais como poucas vezes antes” (BARBOSA, 2022). No contexto de mudança presidencial no Brasil e acirramento de tensões externas, a posição expressa pelo embaixador Rubens Barbosa resume perspectiva compartilhada no campo. A constatação do peso da geopolítica nas Relações Internacionais contemporâneas – ou de seu retorno ao centro da área – é comum entre atores políticos e acadêmicos. Com efeito, a invasão russa do território ucraniano mobiliza a opinião pública internacional (BOYON, 2023). As evidências de que esse foco de atenção global moldam a inserção internacional brasileira no terceiro governo Lula são abundantes e mobilizam o debate público.

Essas considerações impõem o dever de compreender a posição brasileira em relação a essas pressões geopolíticas. O quadro é sensível dada a escassez de estudos que cotejem temas geopolíticos ao estudo da política externa brasileira (CASARÕES, 2019). Para dar conta dessas obrigações, o artigo objetiva responder à seguinte pergunta: como compreender o posicionamento do terceiro governo Lula em relação ao conflito na Ucrânia, no contexto dos cem primeiros dias da nova administração? Subsidiariamente, busca-se dar clareza conceitual ao debate, estabelecer bases para analisar o mandato presidencial e subsidiar buscas de outros nexos entre elementos políticos internos e a inserção internacional brasileira.

Para apresentar as condições e perspectivas brasileiras correntes no campo geopolítico, o artigo usa o valor heurístico do estudo de caso. Nesse sentido, a metodologia adotada se volta para a organização e análise de evidências pertinentes a um só objeto. Ela evidencia um conjunto de causas para um fenômeno temporal e especialmente recortado, enquadrando o trabalho no âmbito dos desenhos de pesquisa das descrições conceitualmente orientadas (TOSHKOV, 2020). O trabalho expõe de modo extensivo e ideográfico traços fixos e desenvolvimentos temporais do objeto selecionado, levantados em revisão e pesquisa bibliográficas. Reconhecem-se, de antemão, as limitações de aprofundamento em relação ao caso em função da proximidade temporal com o objeto, dadas as restrições ao acesso de evidências documentais recentes em política externa (TRACHTENBERG, 2006). Todavia, a estrutura de pesquisa descritiva tem função basilar para o exercício posterior de inferências correlacionais (GERRING, 2012). O recorte do levantamento de informações e a organização sistemática destas visa a dar conta de um aspecto bem definido de uma ocorrência histórica selecionada para análise, com potencial heurístico para análise ou composição de estudos posteriores (BENNETT, 2004). Com efeito, o esforço de pesquisa é orientado por um arcabouço conceitual desenvolvido a partir da geopolítica, buscando compreender um caso discreto (LEVY, 2008). Essa base conceitual é objeto da segunda seção do texto. Na sequência, o artigo trata da relação brasileira com seu entorno e com a ordem liberal internacional. No quarto segmento do texto, a posição brasileira em relação à guerra na Ucrânia durante o governo Bolsonaro é apresentada, servindo como base para comparação com o posicionamento desenvolvido pelo governo Lula, objeto da quinta parte do artigo.

No contexto dos primeiros cem dias do governo Lula, conforme indica a seção de considerações finais, aparecem como principais elementos para o estudo do tema três fatores. Em primeiro lugar, constam as bases estruturais da perspectiva brasileira de segurança que definem a América do Sul como recorte de inserção. A região – e sua distância em relação a demais cenários, como os do Leste Europeu – circunscreve a agenda brasileira nos temas de segurança e defesa internacionais. Na sequência, a ideia orientadora da prática diplomática brasileira do país como um mediador internacional, amparado pela adesão do país à ordem internacional de natureza liberal, sustentada em instituições e princípios. Por fim, a relevância conferida pela administração Lula às relações com o BRICS: ainda que haja uma perspectiva universalista subjacente à atual proposta de política externa, evidências indicam a centralidade dos países participantes para a inserção internacional tentativa no atual governo.

Bases conceituais

O termo “geopolítica” é disputado. Além da luta contra seu uso vulgar, que o associa a qualquer atrito entre Estados, há sua associação ao uso do saber geográfico para o exercício do poder (LACOSTE, 2013). Cabe, portanto, revisar os

sentidos empregados para conferir precisão à análise, em associação a conceitos das Relações Internacionais. Estes situam o Estado e sua capacidade de ação em política externa para compreender o comportamento externo brasileiro em relação ao conflito na Ucrânia.

O Estado é o ator político central da era moderna em função dos recursos burocráticos e simbólicos que mobiliza, assim como por ser o principal ordenador da ação material no espaço (RETAILLÉ, 1995). A capacidade de organizar fluxos, usando elementos materiais ou a hipótese do emprego destes para moldar a ação de outros atores, é a expressão do poder estatal no espaço. Essa expressão de poder constitui o território na escala empregada pelas Relações Internacionais (ELDEN, 2019). A geopolítica estuda, portanto, a dinâmica de projeção de poder em nível estatal e, fenômeno derivado, as disputas de poder entre Estados em escala internacional.

Esse estudo da projeção do poder se centra em elementos materiais e relativamente estáveis. Não obstante a constante mudança tecnológica, variáveis da geografia física – distância, relevo e disponibilidade de recursos – condicionam a atuação dos Estados e fornecem o contexto tangível no qual as disputas de poder ocorrem (KLIEMAN, 2015). A preponderância dos elementos materiais na projeção de poder, objeto central de preocupação da geopolítica, não está isenta da influência de elementos subjetivos. Representações espaciais e discursos frequentemente moldam as maneiras como agentes estatais apreendem a dinâmica geopolítica, servindo como variáveis intervenientes na dinâmica de interação entre as forças estatais (TUATHAIL; AGNEW, 1992; DIJINK, 1998).

Nas últimas décadas, dois elementos flexibilizaram a leitura geopolítica das Relações Internacionais. Em primeiro lugar, a união entre duas tendências – a abertura econômica para fluxos comerciais e financeiros e o adensamento dos fluxos de comunicação por meio de tecnologias digitais, culminando na ideia de “globalização” – produziu hipótese da extinção de atritos entre Estados por influência territorial (COSTA, 2004). Em segundo lugar, o próprio adensamento dos estudos da variável discursiva sobre as dinâmicas de poder no espaço mitigou a ênfase dada aos processos materiais no espaço. Nesse sentido, haveria uma geopolítica ideacional, afetada por elementos intersubjetivos, em direção oposta ao pensamento original do campo. (FLINT, 2017). É preciso considerar que há, de fato, contato entre o pensamento geopolítico e a centralidade dos discursos na vida social: ao atribuir relevância a símbolos e conceitos, os discursos influenciam dinâmicas espaciais. Eles podem criar ou mitigar conflitos, que se manifestam materialmente, a despeito de sua origem intersubjetiva (VEYNE, 1995). A geopolítica, portanto, admite a acepção simbólica, ainda que sem a sublimação completa dos elementos materiais, conforme proposta de anos recentes. Há a elaboração de camadas geopolíticas por meio da comunicação coletiva, sendo essa adequada aos meios materiais disponíveis (SANTOS, 2000). A distribuição de poder obedece a uma dinâmica dialógica entre materialidade e discurso, mediada por ordens cognitivo-culturais.

Esses questionamentos à análise geopolítica tradicional das Relações Internacionais permitem um diálogo com três eixos estruturantes da leitura proposta. Em primeiro lugar, a absorção de novos fenômenos pela geopolítica não minou a centralidade do Estado: o “global” é uma esfera de circulação cuja lógica é subordinada à produção e à atuação fixa em alguns pontos, e estes pertencem e/ou são regulados pelos Estados (COX, 2013). Ademais, a constatação da pluralidade de agentes geopolíticos e o reconhecimento do caráter relacional do poder não obsta o reconhecimento de que os Estados permanecem como os principais detentores de meios de ação no espaço (FLINT, 2017).

Além disso, os Estados seguem como os principais agentes capazes controlar os fluxos grandes volumes de recursos materiais de forma coordenada. Eles podem impor obstáculos à exploração e à comercialização de minerais, combustíveis e produtos alimentícios, interrompendo a vigência da lógica da comoditização que orienta esses mercados na atualidade. Assim, independentemente de qual material é central para o desenvolvimento no momento histórico, imperativos estratégicos podem levar à intervenção de corte geopolítico (RAFFESTIN, 1993). Os Estados também são responsáveis pela manutenção de estruturas – como meios logísticos e bases físicas da comunicação digital – que sustentam a circulação econômica internacional. Com efeito, é possível notar a intensificação da acoplagem entre modelos de infraestrutura implementados em âmbito transnacional a projetos de exercício de poder nessa escala (DE GOEDE; WESTERMEIER, 2022).

Em segundo lugar, elementos conceituais das Relações Internacionais detalham a capacidade de ação do Estado de modo a conferir sua primazia geopolítica. O Estado não apenas filtra preferências sociais, mas é um ator em si mesmo, empregando meios como a extração de recursos materiais e a organização coletiva da população para garantir sua sobrevivência, definida como a centralidade da ordem estatal em um território. (SKOCPOL, 1985). Essa capacidade de ação é empregada com vistas ao âmbito externo, já que a ausência de uma instituição ordenadora do sistema internacional significa a possibilidade constante de ameaças contra essa sobrevivência (LECHNER, 2017). Essa condição permite arranjos híbridos de convivência entre Estados, da competição aberta à cooperação. Todavia, a não garantia de relações cooperativas permanentes obriga os agentes a desenvolverem e manterem arranjos baseados na projeção de poder no espaço, ainda que pensando em ameaças difusas, como a rivalidade científica (FARRELL; NEWMAN, 2019; MAÇÃES, 2021). Essa perspectiva enseja a adoção do conceito do Executivo de Política Externa (FPE, em inglês¹) para estudar as ações dos Estados em âmbito geopolítico. O FPE diz respeito aos *loci* institucionais responsáveis por tomar e implementar decisões de cunho político-estratégico em relação ao poder do Estado. A abordagem de decisões e declarações do FPE de um Estado em relação a casos de disputas no sistema internacional permite entrever os termos da inserção geopolítica deste, assim como os termos nos quais ele se situa para eventuais realocações de recursos ou elaboração de aproximações político-militares (RIPSMAN; TALLIAFERRO; LOBELL, 2016). No caso, toma-se a presidência da República, sua assessoria e o Ministério das Relações Exteriores como integrantes do FPE para fins de análise.

Finalmente, desenvolvimentos políticos recentes salientaram a remobilização da lógica atrelada ao pensamento geopolítico. Na região do caso ora abordado, o conflito na Geórgia em 2008 e a ocupação russa da Crimeia em 2014 já haviam sinalizado a revitalização da lógica geopolítica clássica (COSTA, 2015). A invasão russa do território continental ucraniano em 2022 dá maior amplitude e profundidade à tendência. O conflito mobilizou diversos atributos pertinentes ao pensamento geopolítico clássico, sinalizando sua atualidade para a compreensão da política internacional contemporânea. Análises sobre o conflito mobilizam conceitos como a modalidade da guerra de invasão, o atrito entre grandes potências pela influência sobre o espaço de modo a impor sua perspectiva de territorialização, a instrumentalização do comércio de bens alimentícios e energéticos para fins políticos e a aplicação de modelos da distribuição de poder na massa eurásiana (CARMONA, 2022; GIRARD, 2022; MEARSHEIMER, 2022).

O caso do conflito no Leste Europeu se afigura, portanto, justifica o emprego de marcos analíticos geopolíticos, assim como consubstancia importante *loci* de estudo. Compreender a abordagem brasileira de questões internacionais contemporâneas depende, em larga medida, do estudo desse caso. Como acima estabelecido, o estudo combinará elementos objetivos e subjetivos, de diferentes escalas temporais, estruturados para conferir inteligibilidade à projeção de poder político no espaço.

Brasil: entorno e perspectivas políticas

O entorno sul-americano não foi uma prioridade para a política externa do governo Bolsonaro. A tentativa de reelaboração identitária do país e fragmentação de iniciativas para a região indicam que o governo deixou tanto de exercer quanto de tentar exercer a liderança regional (SARAIVA, 2023). Há, de início, contraste significativo em relação ao movimento inicial do novo governo Lula, cujas primeiras iniciativas externas deram ênfase à articulação regional nos planos bilateral e multilateral (LULA..., 2023).

Essa variação entre posicionamentos, contudo, deve ser adotada com reservas se observada pelo prisma geopolítico. A América do Sul é uma região relativamente autônoma da dinâmica geopolítica de escala global. Seu isolamento geográfico em relação à massa territorial eurásiana e aos Estados Unidos a isola, em grande medida, de pressões externas e gera uma lógica própria de interações. Com efeito, o quadro atual de estabilidade nas fronteiras e atenção aos temas de

¹ Optou-se pelo uso da sigla Foreign Policy Executive, relativo à terminologia em inglês, à luz de sua adoção consolidada na literatura da vertente teórica do Realismo Neoclássico.

segurança não estatais leva a América do Sul a ser tida por suas lideranças como uma zona de paz (KELLY, 2016). Logo, o distanciamento promovido pelo governo Bolsonaro e a tentativa de rearticulação promovida pelo novo governo Lula devem ser lidos pelo marco da estabilidade geopolítica sul-americana.

A perspectiva adotada pelo Brasil nos atuais documentos estruturantes de defesa nacional endossa a visão da região como área relativamente afastada de pressões geopolíticas externas. As versões de 2012 e 2020 da Política Nacional de Defesa e os Livros Brancos de Defesa Nacional desses anos apresentam a América do Sul como o ambiente imediato de inserção do Brasil, sendo o entorno formado pelos demais países sul-americanos, pelo Atlântico Sul – incluindo os países da costa oeste do continente africano – e pela Antártida (DEFESA, 2012a; 2012b; 2020a; 2020b). Os documentos convergem ao indicarem o fomento à integração regional como meio de reforço da segurança nacional, com o objetivo de proteger o controle local sobre os recursos naturais que podem vir a ser objeto de interesse extrarregional em um quadro de agravamento da escassez destes (DEFESA, 2012a; 2012b; 2020a; 2020b).

A proteção proporcionada pela inserção do Brasil no quadro territorial da América do Sul consubstancia-se na perspectiva não adversarial em relação aos riscos identificados. A Política Nacional de Defesa de 2020 expõe: as regiões constitutivas do entorno brasileiro “(...) detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas” (DEFESA, 2020, p. 17). Não há a identificação de quais potências podem vir a ser ameaças para o controle dos recursos naturais brasileiros. A situação é, antes, o contrário: as menções a potências extrarregionais no Livro Branco de Defesa Nacional de 2020 são para a listagem de exercícios conjuntos, abrangendo todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, o imperativo da articulação entre a política de defesa e a política externa é explícita nos documentos citados, reforçando a adoção de perspectiva geopolítica que não atribui ameaças ao entorno espacial imediato ou ao relacionamento com grandes potências extrarregionais.

A análise da relação entre o Brasil e os atuais focos de instabilidade geopolítica em escala global, logo, deve considerar a distância entre o entorno de inserção do país e a localização dos focos em tela. Ganham relevância o posicionamento brasileiro em política externa e a identificação dos impactos indiretos da instabilidade, já que não há ações imediatas de defesa a serem tomadas pelo governo brasileiro no cenário das tensões no Leste Europeu. De fato, as preocupações tangíveis do Brasil em relação a esse cenário dizem respeito à maior volatilidade dos mercados internacionais de commodities. No campo da energia, as flutuações de preços provocadas por conflitos externos têm forte impacto no quadro inflacionário interno e, conseqüentemente, no sistema político (PEREIRA, 2023). A preservação da cadeia produtiva das commodities agropecuárias, em especial, é objeto de atenção, porquanto eles constituem elemento importante da projeção externa do país como um dos principais produtores internacionais de proteína. A continuidade da recepção de insumos do exterior, a previsibilidade de preços e a manutenção dos corredores de exportação interessam ao Brasil (OLIVEIRA, 2016; BROGGIO; DROULERS, 2021).

No campo político, o conflito na Ucrânia coloca em questão princípios caros à elaboração conceitual da inserção internacional do Brasil. O recrudescimento do antagonismo entre, de um lado, os Estados Unidos, a Europa e o Japão e, de outro, Rússia e China, ameaça a noção encampada pela diplomacia profissional do país como um construtor de consensos. (LAFER, 2004; CARLOS..., 2022;) O distanciamento entre importantes parceiros do Brasil dificulta a manutenção da ideia de que o país pode servir como ponte entre países desenvolvidos, dos quais se aproxima pelos valores liberais, e o Sul Global, o qual integra pelo nível de desenvolvimento econômico. Ademais, essas divergências em âmbito global podem acelerar a decadência da ordem multilateral internacional sobre a qual parte significativa da inserção externa brasileira se sustenta (IKENBERRY, 2018). Essa ordem, baseada em princípios e instituições formais, estruturou a política externa brasileira desde meados do século XX.

O país, partindo do diagnóstico de um déficit de poder, buscou garantir os termos para a paz e o desenvolvimento por meio do apoio a essa ordem, consubstanciando essa estratégia por meio da participação ativa em instituições multilaterais e organizações internacionais, em ampla agenda. Mesmo a ideia de reforma da governança internacional, em propostas como a de alterações na formação e no funcionamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem como base a atuação que privilegia as instituições, já que estas seriam, segundo a visão brasileira, reforçadas pelo ganho de legitimidade. Há convergência entre essa opção externa e a política de defesa, já que os documentos sobre o tema preveem a realização de missões de paz e o respeito às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas como elementos centrais das decisões estratégicas locais (FONSECA JÚNIOR, 2011; DEFESA, 2020a; 2020b). As tensões geopolíticas podem fragilizar o arcabouço multilateral, devolvendo importância à dotação de poder relativo na interação entre os Estados ou consolidando diversas ordens regionais e/ou temáticas (FLOCKHART; KOROSTELEVA, 2022). Essa perspectiva exigiria a reestruturação dos conceitos orientadores da política externa brasileira e a adaptação de seus tomadores de decisão a novos parâmetros, considerando o potencial aumento da instabilidade em nível global.

A guerra na Ucrânia: abordagem brasileira inicial

Em novembro de 2021, os Estados Unidos anunciaram ter registrado o movimento de tropas russas próximas às fronteiras ucranianas, deflagrando discussões entre Washington, Moscou e Kiev, tendo como ponto central as negociações para a eventual adesão ucraniana à Organização do Tratado do Atlântico Norte (SEIBT, 2022). As tensões culminaram na invasão do território ucraniano em 21 de fevereiro de 2022 – desde então, o conflito deixou dezenas de milhares de vítimas², provocou a fuga em massa para países da vizinhança e se tornou ponto central da agenda internacional, em função tanto pelas hostilidades quanto por seus efeitos indiretos, como a pressão sobre os preços das *commodities*. (ELLERBECK, 2023). A possibilidade da expansão do guarda-chuva securitário dos Estados Unidos até a fronteira russa, a influência de Moscou sobre o espaço pós-soviético, o acesso russo ao Mar Negro e o fornecimento de energia para a Europa e a China são os temas geopolíticos diretamente afetados pelo enfrentamento (MASTERS, 2023).

Inicialmente, o Brasil adotou uma postura de não envolvimento com o tema. A questão não foi discutida pelos chanceleres russo e brasileiro em reunião realizada em Moscou (RELAÇÕES EXTERIORES, 2021). O presidente Jair Bolsonaro visitou oficialmente a Rússia a cinco dias do início da invasão, quando o quadro de hostilidade já era discutido entre lideranças internacionais, notadamente à luz das declarações do presidente estadunidense Joe Biden. Porém, o comunicado oficial sobre o encontro com o presidente Vladimir Putin dispõe somente do seguinte trecho: “Os Chefes de Estado expressaram preocupação com o aumento da instabilidade em diferentes partes do mundo, coincidindo na necessidade de que os conflitos sejam solucionados por meios pacíficos e pelo engajamento diplomático, em conformidade com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas” (BRASIL, 2022a). Na mesma semana, o então embaixador brasileiro em Kiev, Norton Rapesta afirmou que não havia motivos para alarde em relação a um possível conflito, apontando a imprensa internacional como responsável pela tensão (EMBAIXADOR..., 2022).

A primeira manifestação oficial do governo brasileiro após o desencadeamento do conflito foi não tratar, a rigor, da violação do território ucraniano, mas da “situação criada em torno do status das autoproclamadas entidades estatais do Donetsk e do Luhansk” (BRASIL, 2022b). Na declaração de 21 de fevereiro de 2022, o representante brasileiro junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas externou preocupação com a situação e enfatizou a relevância do sistema de segurança coletiva. Houve ainda menção aos Acordos de Minsk e aos legítimos interesses de segurança de Rússia e Ucrânia, sublinhando a tradição de apoio à ordem liberal internacional mantida pela burocracia diplomática brasileira (BRASIL, 2022b). A declaração seguinte do Itamaraty reiterou esses elementos; mudou, porém, a conceituação do tema, que passou a ser de deflagração de operações militares pela Rússia contra alvos em território ucraniano (BRASIL, 2022c). Seguiram-se

² As estimativas acerca do tema variam consideravelmente. Até março de 2023, a Organização das Nações Unidas estima ao menos 8000 vítimas civis. O total de vítimas militares fica entre 65000 (dados de revisão independente) e 250000 (dados oficiais dos governos russo e ucraniano).

a essas reações o estabelecimento de meios emergenciais na Ucrânia, Moldávia e Eslováquia para o atendimento de brasileiros que desejavam sair do país, em 1 de março, e o manifesto de consternação pela grave situação humanitária na cidade de Bucha, em 6 de abril (BRASIL, 2022d; 2022e). A estabilização dos confrontos em meados de 2022 permitiu que o embaixador brasileiro retornasse a Kiev em julho, ainda que a embaixada houvesse permanecido em funcionamento na cidade (BRASIL, 2022f).

As declarações do presidente Jair Bolsonaro após o início da guerra se centraram em dois eixos: declarações sobre cadeias logísticas do agronegócio e o posicionamento sobre a paz – este, oscilante. Em abril, pouco após o início dos enfrentamentos, ele declarou que, em função de seu diálogo com o presidente russo, o comércio bilateral de fertilizantes ocorria normalmente; indicadores do período, contudo, indicavam queda de mais de 50% na importação brasileira do produto (BOLSONARO..., 2022). Em junho, após novo contato de alto nível, houve nova declaração de que o comércio bilateral seguiria inalterado (SOARES, 2022a). O tema também foi abordado em telefonema com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em 18 de julho, ainda que a menção à questão do comércio global de alimentos tenha sido publicizada somente pelo mandatário ucraniano (MINAS, 2022).

Em relação a esse aspecto, é importante observar que a circulação naval de grãos e fertilizantes no Mar Negro já era protegida desde maio de 2022 por uma zona de exclusão naval russa. Em 22 de julho de 2022, a Iniciativa de Grãos do Mar Negro, que assegurou essa navegação, foi firmada por Ucrânia e Rússia, após mediação da ONU e do governo turco (UNITED NATIONS, 2022). Já a abordagem dos temas políticos passou por diferentes posições: o não posicionamento dos primeiros meses foi revertido no início de julho, quando Jair Bolsonaro declarou ter solução para o conflito, fazendo analogia à Guerra das Malvinas; não houve, contudo, qualquer esclarecimento sobre o significado da referência (MAGALHÃES, 2022). Na segunda quinzena de julho, logo após seu diálogo com Zelensky, Bolsonaro retomou a ênfase no distanciamento em relação ao conflito, afirmando ser “um problema de fora” (SOARES, 2022b). O posicionamento final de Bolsonaro em relação à questão ocorreu em setembro, em pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): houve a defesa do respeito aos princípios do Direito Internacional, de um cessar-fogo imediato e de negociações entre as partes (BOLSONARO, 2022). Cabe salientar que o status de aliado extra-OTAN conferido pelos Estados Unidos ao Brasil em 2019, marco da tentativa de realinhamento da política externa proposta pelo governo Bolsonaro desde o início de sua gestão, não resultou em influência decisória na questão (STATE DEPARTMENT, 2021).

O governo Lula e a guerra na Ucrânia

O programa de governo registrado pela chapa Lula-Alckmin apresenta a inserção internacional do país como ferramenta para o desenvolvimento econômico, indicando, quanto à segurança, que o recorte regional da América do Sul seria mantido. Sem tratar diretamente de conflitos internacionais, a proposta deu ênfase na retomada da aproximação Sul-Sul, salientando algumas coalizões, dentre elas o BRICS (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2022).

Ao longo da campanha, poucas foram as referências públicas à guerra: além de indicar a pretensão de estabelecer diálogo com ambos os países envolvidos, houve um encontro de integrantes da campanha com representantes estrangeiros no Brasil, quando Lula salientou que o BRICS deveria se articular para encerrar o conflito (COLETTA, 2022; MAGALHÃES, 2022). Com efeito, a posição retoma um traço característico dos governos nos quais o Partido dos Trabalhadores ocupou a Presidência da República. O segundo governo Lula (2007 – 2010) esteve na criação do BRICS como uma coalizão de geometria variável, estruturada em torno da ideia de reforma da ordem internacional, com o objetivo de privilegiar atores do Sul Global. A formação, contando com Brasil, Rússia, Índia e China, ganhou relevância após a crise financeira de 2008 e a possibilidade por ela aberta de recentrar os países emergentes na governança global.

Os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), dando sequência à tendência, foram da consolidação do grupo como um dos eixos principais da política externa brasileira – não apenas houve a permanência da cúpula anual do bloco como

um dos pontos altos da agenda diplomática do Brasil, como também ocorreu o adensamento das relações políticas, econômicas e de cooperação no âmbito do bloco (CORNETET, 2014; STUENKEL, 2017). A relevância do BRICS para o terceiro governo Lula, para além dos elementos da plataforma de campanha, ficou evidente em medidas como a indicação da ex-presidente Dilma Rousseff para a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), órgão de governança financeira do agrupamento (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2023).

Desde seu início, o governo conta com os embaixadores Mauro Vieira e Celso Amorim nas condições de chanceler e assessor especial da presidência, respectivamente. Ambos são diplomatas de carreira e foram ministros das Relações Exteriores de governos anteriores do Partido dos Trabalhadores, sinalizando a tendência de associação entre preferências partidárias e institucionalidade burocrática na condução do tema. Com essas bases, a presidência Lula adotou posição de neutralidade e defesa dos princípios do direito internacional em relação ao conflito, defendendo o cessar-fogo imediato. Na extensão dos primeiros cem dias de governo, porém, houve a elaboração de uma atitude propositiva, na qual o Brasil se coloca como capaz de articular, junto de outros Estados, mediação para o conflito.

O distanciamento inicial do governo Lula em relação ao conflito ucraniano foi evidenciado pelos termos do diálogo sobre o assunto com contrapartes europeias. Apesar de contar com intensa agenda de contatos e visitas externas desde o início do mandato, Lula sinalizou, em janeiro, a hipótese de que poderiam faltar ao Brasil as credenciais para agir no conflito. Ademais, aventou-se que o novo governo teria desafios urgentes na economia e em relação a indicadores sociais, sendo estas as prioridades de atuação, em detrimento do cenário externo³ (CHADE, 2023a; 2023b). O posicionamento neutro, colocado em diálogos com lideranças europeias e consubstanciado pela recusa de revender armamento para a Alemanha – país que fornece *hardware* militar para a Ucrânia -, gerou atrito, dada a expectativa externa de maior proximidade entre o governo Lula e a posição do bloco euramericano na questão. No caso, houve encontro bilateral com o chanceler alemão, Olaf Scholz, e diálogo telefônico com o presidente francês, Emmanuel Macron. A relevância do diálogo e do atrito é ampliada pela parceria bilateral franco-brasileira na construção de submarinos nucleares, elementos centrais da estratégia brasileira de defesa. Importante observar que, a despeito da indisposição, o tema não serviu como ponto de veto ao diálogo entre o Brasil e países europeus em relação a outros temas da agenda (MELLO, 2023a; MURAKAWA; TRUFFI, 2023; SPIGARIOL; NICAS, 2023).

A principal iniciativa brasileira em relação ao caso até o momento ganhou corpo em fevereiro de 2023. Às vésperas da viagem oficial do presidente Lula aos Estados Unidos, veio a público a proposta de formação de um denominado ‘clube da paz’. A ideia, sustentada pelo presidente e membros do aparelho de execução da política externa, foi a de articular países não diretamente envolvidos no conflito, com diferentes graus de proximidade com Rússia e Ucrânia, para o exercício da mediação entre as partes (MELLO, 2023b; 2023c). A ideia foi vista como a primeira grande iniciativa extrarregional do governo Lula, seguindo a tendência de relançamento das bases da política externa brasileira, que já havia contado com iniciativas de reaproximação regional e reorientação em temas de direitos humanos (IGLESIAS, 2023; LIMA, 2023).

A ideia de mediação coletiva encontrou resistências por parte dos EUA. Seus termos não constaram do comunicado final da reunião bilateral, e, em fala posterior, um oficial estadunidense que atribuiu ao governo ucraniano a escolha dos meios para a solução do conflito (BIDEN..., 2023; U.S. MISSION IN BRAZIL, 2023). Poucos dias depois, com o objetivo de sinalizar sua disposição de agir pelo fim das hostilidades, o Brasil votou a favor da resolução A/ES-11/L.7 da AGNU, em 16 de fevereiro (UNGA, 2023). Foi o primeiro voto favorável do Brasil à retirada de forças russas do território ucraniano.

Há divisão burocrática de esforços em relação ao tema. O Itamaraty sustenta, em âmbito público, linha mais próxima à neutralidade estrita. Nas manifestações posteriores à votação na AGNU, o chanceler Mauro Vieira indicou a adesão brasileira a princípios básicos do Direito Internacional, como a solução pacífica de controvérsias. O discurso feito na reunião de ministros do G20, já em março, sem menções específicas a meios para a concretização da paz, exemplifica essa

³ Cabe observar que a perspectiva de maior atenção a temas internos, levantada pelo governo, foi reforçada pelos eventos de 8 de janeiro, quando grupos civis invadiram prédios governamentais em Brasília. As evidências levantadas mostram um hiato de posicionamentos e declarações sobre política externa de três semanas, contadas a partir do evento.

tendência (VIEIRA, 2023). Já a assessoria especial da presidência tem conduzido diálogos informais sobre a possibilidade de mediação coletiva: no final de março, o assessor especial da presidência Celso Amorim foi a Paris e Moscou para diálogos de alto nível com partes envolvidas no conflito, tendo como objetivo declarado averiguar a margem de manobra diplomática para a ação brasileira (RITTNER, 2023a; 2023b). No diálogo o chanceler russo, além das possibilidades de diálogo político coletivo sobre o conflito, Amorim retomou o tema do comércio de fertilizantes, sinalizando a relevância contínua da manutenção das cadeias produtivas para o Brasil.

Considerações finais

O posicionamento do governo Lula em relação ao conflito na Ucrânia está associado a um conjunto de elementos balizadores da geopolítica contemporânea, mediados por circunstâncias internas. Essa conclusão momentânea – status condicionado pela restrição relativa de evidências disponíveis nos primeiros cem dias da administração em tela –, se ampara nos conceitos geopolíticos adotados pela pesquisa. Outrossim, ela resulta da perspectiva de que as instituições de Estado e governo servem como variáveis intervenientes na elaboração da política externa, após processados os elementos internacionais.

Como peça central do posicionamento do terceiro governo Lula está a distância entre a massa eurasiática, região de conflito, e a América do Sul, espaço securitário adotado pelo Brasil em seu arcabouço institucional de defesa. Esse elemento central da lógica geopolítica mitiga riscos materiais ao país, ainda que haja atenção aos impactos sobre a infraestrutura de circulação material do espaço conflagrado e suas consequências para diferentes fluxos. Há, assim, ampla margem para ação discricionária, o que permite ao Brasil não se envolver ou adotar posição de neutralidade com baixo custo de segurança e político. Esse curso de ação, marcado no governo Bolsonaro e aparente nos momentos iniciais do governo Lula, pode ser retomado caso a proposta de mediação esboçada após fevereiro de 2023 imponha perdas potenciais, sejam elas materiais, em termos estratégicos ou econômicos, ou de reputação junto a aliados tradicionais. Ademais, sua adoção não obsta a ação junto às partes em conflito, ou em fóruns multilaterais, em favor da manutenção de fluxos comerciais, ponto de interesse saliente do governo brasileiro.

O engajamento brasileiro com a questão após março de 2023 por meio da proposta de mediação coletiva está associado à tentativa de manutenção da ordem internacional baseada em instituições. Nela, o Brasil recorre a uma formulação histórica do país como intermediador entre diferentes recortes do sistema internacional, coadunando tensões dentro da posição do país frente ao conflito. Por um lado, a articulação em favor de uma solução concertada reposiciona o governo Lula em relação ao governo anterior, cujas ações eram infensas à ordem liberal internacional. Com efeito, somente em março de 2023 o Brasil votou pela condenação multilateral do conflito, em posição próxima do bloco euro-estadunidense. Por outro, a articulação diplomática brasileira tem como base a possibilidade de diálogo que inclui a Rússia como parte legítima. Essa posição não aliena um parceiro tradicional e mantém coesão com outros posicionamentos do Sul Global, como os de China e Índia. Ao formar uma frente próxima à da formação do BRICS, a terceira presidência Lula indica a retomada de uma orientação adotada nos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores, segundo a qual essa coalizão funciona como elemento central da perspectiva de política externa da inserção internacional brasileira. Cabe a investigações posteriores, elaboradas em quadro de maior disponibilidade de evidências, analisar os resultados da posição adotada frente à hipótese de continuidade do conflito, assim como se deter sobre os processos decisórios que conduziram às decisões ora descritas.

Referências

BARBOSA, R. Mauro Vieira terá desafios dentro e fora do Itamaraty. **Folha**. 10 dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/experiente-mauro-vieira-tera-desafios-dentro-e-fora-do-itamaraty-no-governo-lula.shtml>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BENNETT, A. Case Study Methods: Design, Use and Comparative Advantages. In: SPRINZ, D. F.; WOLINSKY-NAHMIA, Y. (Eds.). **Models, Numbers, and Cases: methods for studying International Relations**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

BIDEN and Lula discuss democracy, climate change and the War in Ukraine during visit. **Le Monde**. 11 fev. 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/united-states/article/2023/02/11/biden-and-lula-discuss-democracy-climate-change-and-the-war-in-ukraine-during-visit_6015242_133.html/. Acesso em: 17 jun. 2023.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Abertura do Debate Geral da 7ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – AGNU”** — Biblioteca. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-debate-geral-da-7a-sessao-da-assembly-geral-das-nacoes-unidas-agnu>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOLSONARO comemora vinda de fertilizante, importação cai 58%. **PODER360**. 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-comemora-vinda-de-fertilizante-importacao-cai-58/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOYON, N. **One year in, global public opinion about the war in Ukraine has remained remarkably stable**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/en/war-in-ukraine-january-2023>>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BRASIL. **Comunicado Conjunto do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin**. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-messias-bolsonaro-e-do-presidente-da-federao-da-russia-vladimir-putin-1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. **Nota à imprensa N. 2 – Situação na Ucrânia**. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-ucrania-1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. **Nota à imprensa N. 3 – Situação na Ucrânia**. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-ucrania-2>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. **Nota à imprensa N. 3 – Abertura de postos de atendimento a brasileiros na Ucrânia e na Moldávia - 01 de março de 2022**. 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/abertura-de-postos-de-atendimento-a-brasileiros-na-ucrania-e-na-moldavia>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Nota à imprensa N. 5 – Situação humanitária na Ucrânia**. 2023e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-imprensa_defeso_2022/situacao-humanitaria-na-ucrania>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Nota à imprensa N. 12 – Regresso do Embaixador do Brasil a Kiev**. 2023f. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-imprensa_defeso_2022/regresso-do-embaixador-do-brasil-a-kiev>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BROGGIO, C.; DROULERS, M. Agribusiness, a geopolitical issue in Brazil. **Herodote**, v. 181, n. 2, p. 91–105, 2021.

CARLOS França: “Não queremos apontar um culpa”o”. **Gazeta do Povo**. 28 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/república/breves/nao-queremos-apontar-um-culpado-e-so-sancoes-nao-resolvem-diz-carlos-franca/>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

CARMONA, R. **The War in Ukraine: A Geopolitical Analysis**. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/en/artigo/46/the-war-in-ukraine-a-geopolitical-analysis>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CASARÕES, G. The evolution of foreign policy studies: four perspectives. In: AMES, B. (Ed.). **Routledge handbook of Brazilian politics**. New York: Routledge, 2019.

CHADE, J. Guerra na Ucrânia: Lula sinaliza que conversará com Biden e Putin. **UOL**. 04 jan. 2023. 2023a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/04/guerra-na-ucrania-lula-sinaliza-que-conversara-com-biden-e-putin.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CHADE, J. Lula diz a Macron que Brasil quer fazer parte de esforço de paz na Ucrânia. **UOL**. 30 jan. 2023. 2023b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/30/pressionado-por-ucrania-lula-diz-a-macron-que-sua-guerra-e-contra-pobreza.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

COLETTA, R. Lula diz a embaixadores que Brics deve atuar em solução para guerra e que Bolsonaro isola Brasil. **Folha**. 14 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/08/lula-diz-a-embaixadores-que-brics-deve-atuar-em-solucao-para-guerra-e-que-bolsonaro-isola-brasil.shtml>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. **Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/280001607829/pje-3b1196fd-Pro-posta%20de%20governo.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CORNETET, J. M. C. A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: CONTENÇÃO NA CONTINUIDADE. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, 2014.

- COSTA, R. H. DA. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- COSTA, W. M. D. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confinis**, n. 25, 2015.
- COX, K. R. Territory, Scale, and Why Capitalism Matters. **Territory, Politics, Governance**, v. 1, n. 1, p. 46–61, 2013.
- DE GOEDE, M.; WESTERMEIER, C. Infrastructural Geopolitics. **International Studies Quarterly**, v. 66, n. 3, 2022.
- DEFESA, M. DA. **Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa**. 2012a.
- DEFESA, M. DA. **Livro Branco de Defesa Nacional**, 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versao2012dolivroLBDNportuguescompactado.pdf>
- DEFESA, M. DA. **Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa**, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>
- DEFESA, M. DA. **Livro Branco de Defesa Nacional**, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemporgues2020.pdf
- DIJKINK, G. Geopolitical codes and popular representations. **GeoJournal**, v. 46, n. 4, p. 293–299, 1998.
- ELDEN, S. Why is the world divided territorially? In: ZEHFUSS, M.; EDKINS, J. (Eds.). **Global Politics**. 3. ed. London: Routledge, 2019.
- ELLERBECK, S. 1 year on: A timeline of the war in Ukraine. **World Economic Forum**. 23 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2023/02/ukraine-war-timeline-one-year/>>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- EMBAIXADOR do Brasil na Ucrânia diz que situação no país é tranquila. **UOL**. 14 fev. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/02/14/entrevista-embaixador-do-brasil-na-ucrania-norton-de-andrade-mello-rapesta.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- FARRELL, H.; NEWMAN, A. L. Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion. **International Security**, v. 44, n. 1, p. 42–79, 2019.
- FLINT, C. **Introduction to geopolitics**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.
- FLOCKHART, T.; KOROSTEVA, E. A. War in Ukraine: Putin and the multi-order world. **Contemporary Security Policy**, v. 43, n. 3, p. 466–481, 2022.
- FONSECA JÚNIOR, G. Política externa brasileira: padrões e descontinuidades no período republicano. **Relações Internacionais**, p. 15–32, 2011.
- GERRING, J. Mere Description. **British Journal of Political Science**, v. 42, n. 4, p. 721–746, 2012.
- GIRARD, C. Une analyse géopolitique de la guerre en Ukraine. **Revue Défense Nationale**, v. 851, n. 6, p. 127–135, 2022.
- IGLESIAS, S. Brazil's Lula Intensifies Diplomatic Push for Peace in Ukraine. **Time**. 23 fev. 2023. Disponível em: <<https://time.com/6258071/brazil-lula-ukraine-war/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- IKENBERRY, G. J. The end of liberal international order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018.
- KELLY, P. **Classical geopolitics: a new analytical model**. Stanford, California: Stanford University Press, 2016.
- KLIEMAN, A. Introduction. In: **Great Powers and Geopolitics: International Affairs in a Rebalancing World**. New York: Springer International Publishing, p. 12–21, 2015.
- LACOSTE, Y. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: la Découverte, 2013.
- LAFER, C. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- LULA renova protagonismo do Brasil na cúpula da Celac. **Deutsche Welle**. 25 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/lula-renova-protagonismo-do-brasil-na-c%C3%BApula-da-celac/a-64505287>>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- LECHNER, S. Why anarchy still matters for International Relations: On theories and things. **Journal of International Political Theory**, v. 13, n. 3, p. 341–359, 2017.
- LEVY, J. S. Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference. **Conflict Management and Peace Science**, v. 25, n. 1, p. 1–18, 2008.
- LIMA, M. R. S. DE. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI Revista**, v. 2, n. 5, 2023. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/74/a-dialetica-da-politica-externa-de-lula-30>>.

MAÇÃES, B. **Geopolitics for the end time: from the pandemic to the climate crisis**. London: Hurst & Company, 2021.

MAGALHÃES, L. Vou dar a Zelensky a solução para a guerra, diz Bolsonaro. **CNN Brasil**. 14 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/vou-dar-a-zelensky-a-solucao-para-a-guerra-diz-bolsonaro-a-cnn/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MASTERS, J. Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia. **Council on Foreign Relations**. 2023 Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MEARSHEIMER, J. J. The Causes and Consequences of the Ukraine Crisis. **The National Interest**. 23 jun. 2023. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/causes-and-consequences-ukraine-crisis-203182>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MELLO, P. C. França: Chanceler expressa apoio ao Brasil na OCDE. **Folha**. 07 fev. 2023. 2023a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/chanceler-da-franca-expressa-apoio-ao-brasil-na-ocde-mas-sinaliza-divergencias-sobre-russia.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MELLO, P. C. Lula vai apresentar a Biden ideia de “clube da paz”. **Folha**. 08 fev. 2023. 2023b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/lula-vai-apresentar-a-biden-ideia-de-clube-da-paz-para-ucrania-com-participacao-da-china.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MELLO, P. C. EUA têm ressalva a proposta de Lula para Guerra da Ucrânia. **Folha**. 10 fev. 2023. 2023c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/eua-indicam-ressalvas-a-clube-da-paz-para-guerra-da-ucrania-proposto-por-lula.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MINAS, E. DE. Bolsonaro liga para Zelensky: “Eu sei como seria a solução na Ucrânia”. **Estado de Minas**. 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/07/18/interna_politica,1380940/bolsonaro-liga-para-zelensky-eu-sei-como-seria-a-solucao-na-ucrania.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MURAKAWA, F.; TRUFFI, R. Lula descarta venda de armas à Alemanha para uso na Ucrânia. **Valor Econômico**. 31 jan. 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/01/31/lula-descarta-venda-de-armas-a-alemanha-para-uso-na-ucrania.ghml>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

OLIVEIRA, G. DE L. T. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348–372, 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Ex-presidenta Dilma é oficializada presidenta do banco do Brics, com sede na China**. 2023. Disponível em: <<https://pt.org.br/ex-presidenta-dilma-e-oficializada-presidenta-do-banco-do-brics/>>. Acesso em: 13 maio. 2023.

PEREIRA, A. Geopolitical Losses and Gains from the Pathways of the Energy Transition in Brazil. In: PEYERL, D.; RELVA, S.; DA SILVA, V. (Eds.). **Energy Transition in Brazil**. The Latin American Studies Book Series. Cham: Springer Nature Switzerland, p. 37–56. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do poder**. Brasília: Atica, 1993.

RELAÇÕES EXTERIORES. O Ministro Carlos França reuniu-se hoje com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov. O encontro contribuiu para fortalecer o #diálogo político-diplomático e a #cooperação BRRU em foros internacionais como #BRICS, #G20 e #ONU. @mfa_russia <https://t.co/Hs66VfDo5y>. **Twitter**, 30 nov. 2021. Disponível em: <<https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1465772810710798339>>. Acesso em: 9 mar. 2023

RETAILLÉ, D. La signification géographique de l'État. **Géographes associés**, v. 1, n. 1, p. 109–115, 1995.

RIPSMAN, N. M.; TALIAFERRO, J. W.; LOBELL, S. E. **Neoclassical realist theory of international politics**. New York: Oxford University Press, 2016.

RITTNER, D. Em missão discreta, Amorim vai a Moscou e a Paris tratar de guerra na Ucrânia. **CNN BRASIL**. 01 abr. 2023. 2023a. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-missao-discreta-amorim-vai-a-moscou-e-a-paris-tratar-de-guerra-na-ucrania/>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

RITTNER, D. Amorim encontra Putin e diz que não há “solução mágica” para negociar paz na Ucrânia. **CNN BRASIL**. 03 abr. 2023. 2023b. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/amorim-encontra-putin-e-diz-que-nao-ha-solucao-magica-para-negociar-paz-na-ucrania/>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento [sic] único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SARAIVA, M. G. South America at the core of Brazilian foreign policy during Bolsonaro's administration (2019-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, 2023.

SEIBT, S. Is the Ukrainian military really a David against the Russian Goliath? **France 24**. 20 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/europe/20220120-is-the-ukrainian-military-really-a-david-against-the-russian-goliath>>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: RUESCHEMEYER, D.; EVANS, P. B.; SKOCPOL, T. (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOARES, I. Bolsonaro se gaba de ter procurado Putin por fertilizantes antes de Biden. **Correio Braziliense**. 27 jun. 2022. 2022a. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/06/5018347-bolsonaro-se-gaba-de-ter-procurado-putin-por-fertilizantes-antes-de-biden.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOARES, I. Bolsonaro sobre guerra na Ucrânia: “Não posso trazer problema de fora”. **Correio Braziliense**. 25 jul. 2022. 2022b. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5024466-bolsonaro-sobre-guerra-na-ucrania-nao-posso-trazer-problema-de-fora.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SPIGARIOL, A.; NICAS, J. A Problem for Ukraine: Countries Like Brazil Won’t Sell It Arms. **The New York Times**, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/04/12/world/americas/brazil-ukraine-weapons.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

STATE DEPARTMENT. Major Non-NATO Ally Status. **U.S. Department of State**. 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/major-non-nato-ally-status/>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

TOSHKOV, D. **Research design in political science**. London: Palgrave, 2020.

TRACHTENBERG, M. **The craft of international history: a guide to method**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

TUATHAIL, G. Ó.; AGNEW, J. Geopolitics and discourse. **Political Geography**, v. 11, n. 2, p. 190–204, mar. 1992.

UN General Assembly calls for immediate end to war in Ukraine. **UN News**. 23 fev. 2023. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2023/02/1133847>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

UNGA. **A/ES-11/L.7**, 16 fev. 2023. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UN-DOC/LTD/N23/048/58/PDF/N2304858.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 6 abr. 2023

UNITED NATIONS. **Beacon on the Black Sea**. 2023. Disponível em: <<https://www.un.org/en/black-sea-grain-initiative>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

U.S. MISSION IN BRAZIL. **Joint Statement Following the Meeting Between President Biden and President Lula**. 2023. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/joint-statement-following-the-meeting-between-president-biden-and-president-lula/>>. Acesso em: 6 abr. 2023.

VEYNE, P. **Como Se Escreve a História - Foucault Revoluciona a História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

VIEIRA, M. Participação do Ministro Mauro Vieira na reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20 - Nova Délhi, Índia. **MRE**. 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-g20-nova-delhi-india-2-3-2023>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Funções de colaboração exercidas

Gabriel Fernandes Pimenta:

Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Rodrigo Corrêa Teixeira:

Conceituação; Curadoria de dados; Metodologia; Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
